

## O INTERMINÁVEL DAQUILO QUE TERMINA

Por Arlete Mourão

Simpósio de Olinda

(agosto de 2005)

Existem dois tipos de análises termináveis: aquelas cuja saída se dá pela *père-version* e aquelas cuja saída se dá pela perversão. Existem também as análises intermináveis, nas quais não se consegue desconstituir o Outro, infinitizando-se a transferência a um Sujeito suposto Saber, analista ou Mestre<sup>1</sup>.

Nas análises que terminam, existe uma dimensão interminável, o que não se confunde com a análise interminável. Em outras palavras, nas análises que chegam ao seu fim lógico, existe uma parte que termina e outra não. A parte que termina refere-se ao campo do objeto, no qual há uma solução para a equação acerca da falta do objeto causa de desejo, que realizaria o gozo absoluto. A parte que não termina refere-se ao campo do significante, no qual a descoberta do estatuto de falta do objeto permite um descolamento do desejo em relação à demanda, passando a poder, então, deslizar entre os significantes. Essa parte interminável da análise se configura como um resto<sup>2</sup>, convocando a uma elaboração permanente. Tal elaboração se sustenta especialmente pela via da função de analista, passando a configurar-se como um exercício contínuo de castração, de confronto cotidiano com o real da castração, tendo como conseqüências não só a transmissão da Psicanálise, mas também a dinâmica do laço social entre os analistas e as instituições psicanalíticas.

Para falar disso, começo abordando aquilo que se passa na saída de uma análise que coincide com seu fim lógico, ou seja, a “travessia da fantasia”.

Sabe-se que a fantasia é o arranjo subjetivo que o sujeito encontra para suportar a inconsistência do seu ser, que é a castrado. Esse arranjo configura-se como um saber [sobre o ser] acerca do qual não se quer saber – um saber perverso que, quando se fragiliza, faz-nos procurar uma análise.

Enquanto perverso – posto recusar a castração – esse saber só se sustenta dando consistência ao Outro, pela via do seu desejo. Diante desse desejo, o sujeito pode se colocar

---

<sup>1</sup> Essa tese foi desenvolvida no texto: “*Père-Version, Perversão e Infinitização - três saídas possíveis para uma análise*”, disponível no link “Biblioteca”, da HP de IPB ([www.interseccaopsicanalitica.com.br](http://www.interseccaopsicanalitica.com.br)).

<sup>2</sup> Resto de um saber que é fruto do não-saber e não de um saber formalizado ou um saber da teoria psicanalítica.

como causa – como objeto causa – o que significa se colocar fora da linguagem, única dimensão que permite uma consistência subjetiva. Assim, a fantasia dá uma consistência ao ser pela via de uma de certeza da interpretação que se faz acerca do desejo do Outro.

Se essa certeza vem em função do desejo do Outro, está posto que esse Outro tem falta, é castrado. Portanto, na fantasia, a castração fica no Outro e atravessá-la, melhor dizendo, atropelá-la, para que uma análise termine, é confrontar-se com isso.

Esse confronto só é possível em função das intervenções do analista, que partem dos dois lugares que ele ocupa para o analisando, na transferência: o de *Sujeito suposto Saber* (campo do significante, do desejo) e o de *Semblante de Objeto a* (o campo do objeto, do gozo). No campo do significante, tais intervenções permitem um trabalho sobre o saber inconsciente<sup>3</sup>, em função de equívocos de sentido, ou seja, nesse mesmo plano do significante – das demandas. No campo do objeto, essas intervenções permitem um descortinamento da fantasia, da cena fantasmática, em função da equívoco da posição que o sujeito ocupa nessa cena, na relação com o Outro<sup>4</sup>.

Se, no primeiro campo, as intervenções funcionam desde que o analista não coloque aí seu próprio saber, no segundo, elas funcionam desde que o analista consiga cair, de fato, da cena, como Outro que deseja<sup>5</sup> – ocasião do ato analítico. Nesse momento<sup>6</sup>, há uma equívoco na interpretação que o sujeito faz sobre o desejo do Outro<sup>7</sup>, podendo, com isso, flagrar-se em sua própria posição de objeto causa desse desejo – objeto sem consistência.

Nesse ponto, a análise consegue alavancar a elaboração dos sentidos do sujeito, com sua própria posição de objeto – objeto que falta. O sujeito pode, então, constatar que a falta está em si e não no Outro. Com isso, a certeza sobre seu ser também cai, transformando-se em certeza sobre seu “não ser”. Em outras palavras, a castração, até então deslocada para o Outro, volta-se para o próprio sujeito analisando. Como consequência, o Outro<sup>8</sup> se desconstitui, deixa de ter consistência, e o sujeito, dividido, pode<sup>9</sup> admitir que lhe falta concerne a si mesmo. Nesse campo, resta-lhe ter de se haver exclusivamente com sua pulsão, cujo rastro é só um traço – letra.

Então, aquilo que termina na análise é a consistência subjetiva promovida pela fantasia,

---

<sup>3</sup> Esse saber que foi sendo cifrado a partir dos “passos de sentido” obtidos na relação com o Outro, mantendo a castração recusada na fantasia.

<sup>4</sup> Relação atualizada com o analista.

<sup>5</sup> Momento do ato analítico, no qual, mais do que nunca, o analista precisa saber operacionalizar, basculando, o desejo do analista.

<sup>6</sup> Momento exato em que o não senso se encontra com o objeto causa de desejo. Ele deve ser seguido de uma “construção da fantasia”

<sup>7</sup> Nesse contexto, sustentado pelo analista.

<sup>8</sup> Junto com o analista.

<sup>9</sup> Pode! E não “tem que”, pois há uma escolha.

e aquilo que não termina é o efeito da liberação da letra que, até então, estava fixada no texto da fantasia. Se, “soltar a letra” não identifica o sujeito em termos do seu ser, com certeza, libera o desejo que, sustentado por uma nova possibilidade de invenção, passa a poder circular nas três dimensões de sua subjetividade. Em outras palavras, se o desejo deslizava só a passos curtos de “criação de sentidos”, emperrando-se em demandas de amor e reconhecimento, com o descolamento do texto da fantasia, cria-se a possibilidade da “invenção de novos sentidos”, o que libera o desejo, possibilitando seu deslizamento em infinitas re-significações, enfim, em sua natureza de indestrutibilidade.

Em síntese, pode-se dizer que o campo do significante é o campo interminável da análise, exatamente porque no campo do objeto, do gozo, foi possível uma conclusão, quer dizer, desfez-se o nó que amarrava a certeza que atava o sujeito ao Outro<sup>10</sup>, liberando o desejo, que passa a poder deslizar e manter o sujeito na perspectiva do vir-a-ser.

Esse desejo liberado ou “advertido” é aquele que sustenta o “desejo do analista”, é aquele que permite a passagem de analisando a analista. Afinal, sair da posição de objeto causa de desejo do Outro é admitir que o objeto falta, é autorizar a falta. Por sua vez, autorizar-se na falta significa autorizar-se analista, na medida em que se torna possível escutar alguém, sem demandar-lhe amor e reconhecimento; sem esperar que venha do analisando o sentido para o seu ser, nem mesmo e, principalmente, o de “ser analista”.

Portanto, na análise, o analista não é sujeito, condição imprescindível para que uma análise aconteça<sup>11</sup>. Somente nessa posição de destituição subjetiva é que o analista permite ao analisando voltar-se para os seus significantes, buscando sentidos a partir de seu próprio saber, e não do “saber” do analista; permite também que o ponto de basta desse trabalho com os significantes seja o ato analítico. O ato analítico só é possível porque o analista, por estar liberado de suas demandas, sustenta a posição de aparência de objeto, sem correr o risco de se colar a ele. O analista “sabe” que não é o objeto, que esse objeto não existe e que o lugar do objeto é o lugar da falta. Exatamente por isso, pode deixar-se cair plenamente da cena fantasmática, que é aquilo que sustenta o ato; que é aquilo que o surpreende, surpreendendo o analisando, que assim consegue equivococar a certeza do seu fantasma <sup>12</sup>.

Essas duas condições do analista, ou seja, não ser sujeito na análise e se deixar cair da cena fantasmática do analisando, que foram possibilitadas pelo final de sua própria análise, têm implicações fundamentais não só para a sua relação com o analisando e com a análise que

---

<sup>10</sup> Sentido congelado da fantasia.

<sup>11</sup> O analisando é único sujeito da situação analítica.

<sup>12</sup> Cujo sentido congelado o analisando tentava colar no analista.

conduz, mas também para a transmissão da Psicanálise e para o laço social entre os analistas e as instituições psicanalíticas.

Do ponto de vista da destituição subjetiva, não ser sujeito na análise não significa para o analista que ele deixou de ser sujeito na vida. Pelo contrário, enquanto *parlêtre*, no campo do significante<sup>13</sup>, a necessidade de produção de sentido é ainda mais corroborada por essa posição de não saber que ele ocupa cotidianamente junto aos seus analisandos<sup>14</sup>. Isso o convoca a elaborar um saber sobre esse assujeitamento, para poder continuar a sustentá-lo. É como se essa convocação fosse uma segunda volta daquela primeira vivida na sua análise, diante do confronto com a castração.

Do ponto de vista do ato, no qual está em jogo um saber do lado do analista – ele sabe que não é o objeto de desejo de seu analisando –, a cada vez que esse se deixa cair plenamente da cena fantasmática do analisando, há uma aquisição de saber da ordem do não saber, o que também pede uma elaboração, para que o analista possa continuar a não querer saber o que o outro (o analisando) quer.

Nos dois casos, ou seja, “não estar como sujeito” e “estar como semblante”, o analista apreende e aprende algo a ser elaborado fora da análise que conduz, quer dizer, não no lugar do *Sujeito suposto Saber*, nem no lugar de *semblante de objeto a* – não no lugar do Outro, mas em “Outro lugar” e a partir de seus próprios significantes, articulados aos significantes da Psicanálise. Em outras palavras, o “Outro lugar” quer dizer, para o analista, elaborar um saber não junto ao analisando, não no lugar e função do analista, mas fora do contexto da análise e dentro de sua dimensão de sujeito dividido – essa dimensão interminável da sua análise e de sua formação, na qual se dá a elaboração permanente da falta-a-ser convocada cotidianamente.

Além disso, se na análise, em função do desejo do analista e do ato analítico, há uma transmissão da falta, da falta a ser, a elaboração permanente dessa falta implica também uma transmissão da própria Psicanálise. Ela delimita o “só depois da análise” ou a “análise em extensão”. É aí o Outro lugar, que não o lugar do Outro, no qual o analista desenvolve suas elaborações.

Uma vez que nesse Outro lugar o Outro não se encarna mais, transformando-se em uma função – a função de promover a alteridade requerida pela fala – essa função passa a poder ser sustentada por qualquer pessoa, ou mesmo, por outros contextos, como, grupos de estudos, seminários, jornadas, simpósios, etc., enfim, todas as atividades que convocam à produção e são promovidas pelas instituições psicanalíticas.

---

<sup>13</sup> Nessa vertente que é a interminável da análise.

<sup>14</sup> Que significam experiências cotidianas de confronto com o real da castração.

É na instituição psicanalítica que o Outro pode ser sustentado como Outro do significativo – o Outro enquanto lugar de alteridade [e autoridade] simbólica. Essa dimensão do Outro convoca a necessidade dos pares porque, quando se fala, quando se interroga ou se expõe um saber, há que haver um interlocutor, há que haver troca simbólica, de fato. Caso contrário, as elaborações dos analistas correm o risco de ser delirantes.

São os pares – que são díspares – que fazem a função de alteridade simbólica. Trata-se de uma função que pode ser exercida por qualquer um, basta que seja um “mais um”, quer dizer, aquele que tira o sujeito e sua produção da especularidade, da narcisização ou, ainda, da imaginarização do “um sozinho” ou do um e seu duplo [ou o outro especular].

Essa maneira de pensar a elaboração dos analistas permite fundamentar o porquê a instituição pode e deve ser concebida a partir dos próprios princípios que regem a experiência da análise. Existe aí uma coerência lógica, na qual formalizar não é sinônimo de normatizar, mas de sustentar os efeitos da análise. Tais efeitos, ao convocarem a necessidade de elaboração, convocam a instituição não no lugar do Outro, mas num lugar de falta, o que é diferente de se dizer “no lugar da falta”, risco muito freqüente. A falta remete o sujeito a uma transferência à Psicanálise e não à instituição. É por isso que não se pode dizer que a instituição garante a formação dos analistas – essa garantia só pode vir daquilo que termina na análise. O que ela garante é o acolhimento dos percursos de formação dos participantes.

Entretanto, não poder garantir diretamente a formação dos analistas não é sinônimo de não garantir a Psicanálise. Pelo contrário, ao acolher as elaborações da formação permanente dos analistas e daqueles que se preparam para vir a sustentar essa função, assim como daqueles que dialogam com a Psicanálise de um modo geral, a instituição psicanalítica dá garantias não só da delimitação do campo e do discurso psicanalíticos, mas, fundamentalmente, da transmissão, da sobrevivência da Psicanálise. Por isso, ela é indispensável.

Além disso, se sempre existe o risco de alguma “doutrinação” dentro da instituição, existe também o da falta de doutrina fora dela. A falta de doutrina no lugar da “doutrina da falta” pode implicar um vazio conceitual que, associado ao isolamento próprio dessa posição, leva a um ecletismo que não pode ser definido como psicanalítico.

Esse risco contido no isolamento – que, além de tudo, enquista uma dialética imaginária com fantasmas persecutórios – existe também no isolamento institucional. A não troca, a não interlocução entre instituições pela via de cartéis, encontros, jornadas, etc., levam a um fechamento perigoso. Uma instituição que se fecha em si mesma e, pior, fecha-se em torno de um mestre ou de seus próprios mestres, pode se transformar em Igreja. Por isso, é fundamental

que a mesma transferência de trabalho que articula os pares de uma instituição, possa articulá-la a outras instituições, articulá-la à comunidade analítica em geral. É essa articulação que permite a uma instituição dar provas de que, realmente, contempla um discurso analítico, um discurso que deponha, de fato, sobre uma articulação/interlocução de diferenças: um exercício que se sustenta a partir da falta, da castração, e não do saber formalizado<sup>15</sup>.

Portanto, não é só o analista que precisa dar provas do analítico para se sustentar, a instituição também precisa. É isso que justifica a existência de alguns movimentos dentro da comunidade analítica nacional e internacional, tais como o *Movimento de Convergência Lacaniana para uma Psicanálise Freudiana* e a esta *Reunião Lacanoamericana de Psicanálise* (da qual participam analistas em nome próprio, mas convocada por instituições), etc.

.....

---

<sup>15</sup> Essa poderia ser uma das perspectivas contempladas pelo movimento “Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras”.